

# MEC reprova o ensino do Rio

Provas deixam o Estado em oitavo lugar. Brasília e Minas tiveram os melhores desempenhos

Elio Gaspari e Hugo Marques

A educação só é problema para quem não procura as soluções. Saíram os resultados das provas que testaram o desempenho da rede escolar de cada estado e o Rio de Janeiro ficou em oitavo lugar. Trata-se de coisa tão fina quanto séria, produzida pela Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional, do MEC.

O Brasil tirou 4,3. Brasília foi a primeira da turma e o Maranhão o último, numa história de chorar. Essa prova, conhecida pela sigla Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), foi aplicada ano passado em 125 mil alunos de 2.833 escolas públicas e privadas de todo o país. Testaram-se os conhecimentos de português e matemática de duas séries do ensino fundamental (quarta e oitava) e outras duas (segunda e terceira) do ensino médio.

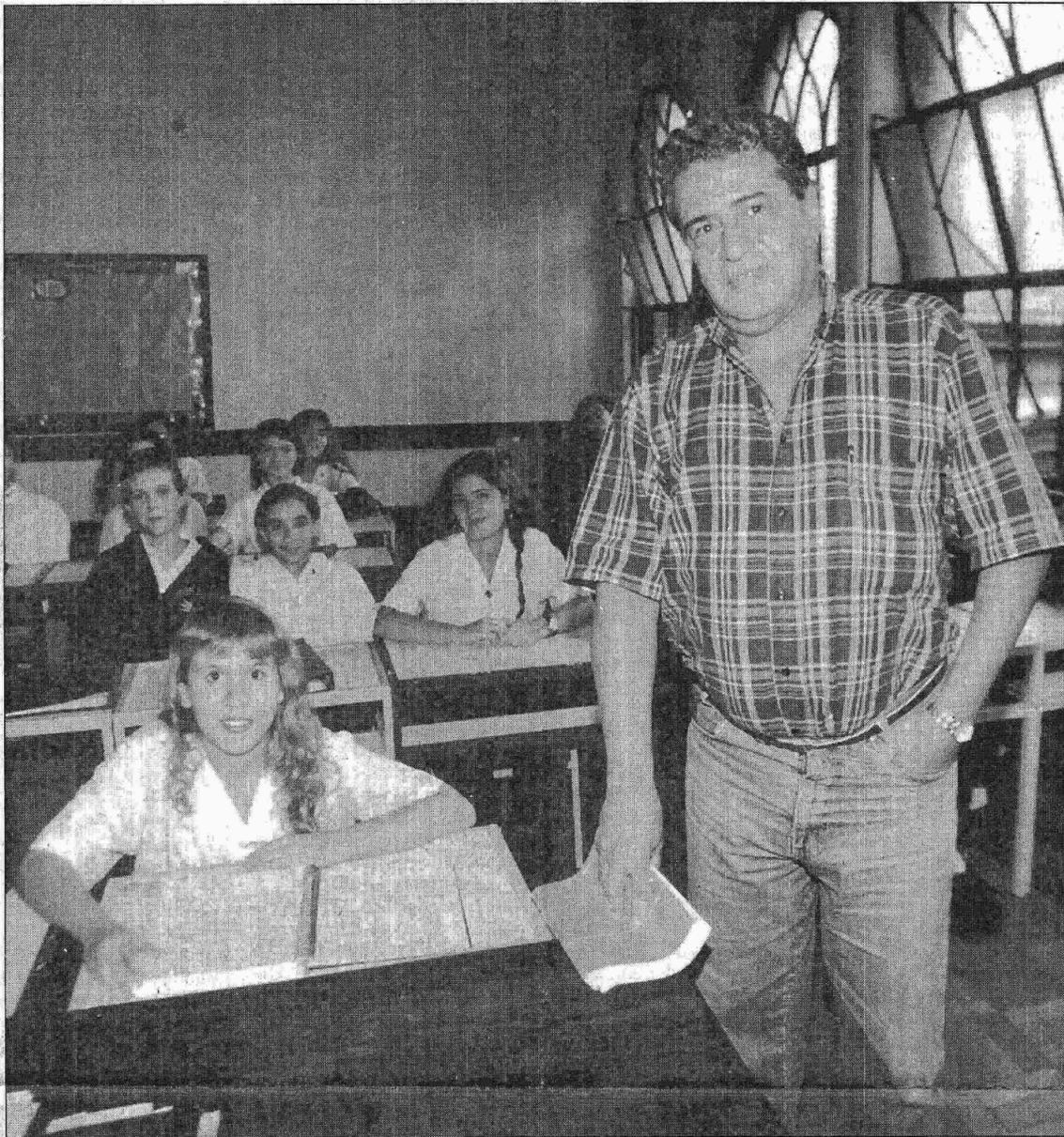
Os 4,3 da média nacional significam que os estudantes acertaram, em média, 43% das questões. Os números do Saeb mostram que o desempenho brasileiro está mais próximo do argentino do que se pensa (por conta da decadência da rede argentina), se parece com o mexicano e está mais perto de Chiapas do que de Santiago do Chile. Forçando-se um pouco a comparação, o desempenho dos estudantes do ensino médio brasileiro talvez esteja próximo dos maus alunos franceses e americanos testados aos 13 anos de idade. Ainda falta muito chão para se chegar ao nível dos piores suíços, que acertam 50% das questões de matemática.

Os estudantes foram melhor em português. As duas maiores notas (6,9 em português e 5 em matemática) ficaram com a terceira série do ensino médio, em Brasília. As piores (2 em matemática e 3,2 em português) são do Tocantins.

Pode parecer que a situação é catastrófica, mas se o MEC fizesse uma pesquisa para descobrir isso estaria jogando dinheiro fora. Até outubro, quando serão conhecidos todos os cruzamentos dessa pesquisa, ela poderá servir para chamar um tipo de atenção racional para o problema da educação brasileira. O Maranhão vai mal? Vai, e se sabe por quê. Minas Gerais vai bem? Vai, e também se sabe por quê. O Rio foi ultrapassado por Goiás? Com o que se fez num e noutro estado, isso não é surpresa. Foram melhores os estados onde os professores ganhavam um pouco mais e onde houve continuidade administrativa nos projetos pedagógicos. Se os salários são ruins, o ensino cai, mas as greves prolongadas destroçaram Alagoas. Na maioria dos casos de fracasso verifica-se que vigorou no Estado uma nova modalidade da Lei de Murphy: se uma coisa pode dar errado, o governante fez o possível para que desse errado. Adiante estão sete pequenos retratos que podem contribuir para a compreensão dos números do Saeb:

## RIO DE JANEIRO

Uma tragédia. O Rio passou do sétimo lugar em 1993 para o oitavo em 1995. Foi ultrapassado por Goiás. É verdade que Goiás se livrou de sua parte pobre com a criação do Estado do Tocantins (26º colocado), mas também é verdade que tem a mesma secretária de Educação há três governos. O desempenho do Rio em 1995 ficou tão abaixo de 1993 que nesse caso não há dúvida de que houve uma deterioração da rede de ensino. Como a rede privada controla 30% das carteiras escolares, na média ela também sofreu. Na rede pública, o mau desempenho tem razões óbvias. Pesquisas recentes mostraram que, por



O PROFESSOR DE QUÍMICA Jorge Mello: ele ganha R\$ 250 por mês no Instituto de Educação, no Rio, e dá aulas em mais quatro colégios

falta de professores de matemática, 30% dos seus estudantes de primeiro grau são aprovados automaticamente. Consequência: os alunos da segunda série ficaram em 22º lugar. Em 1993, havia um déficit de 2.800 professores na rede pública. Depois de muito esforço se fez um concurso e ele ficou reduzido a 780. Com os salários que recebem, os professores do Rio são conhecidos em Brasília como bôias-frias. Dois consolos: no interior o desempenho dos estudantes está melhor que na capital e os estudantes da oitava série tiraram primeiro lugar em compreensão de texto.

## BRASÍLIA

Os estudantes do Distrito Federal têm os melhores índices de desempenho do país. De um total de oito exames, Brasília ficou em primeiro lugar quatro vezes. Em sete casos ficou acima da média nacional. Das quatro provas de matemática, tirou primeiro lugar em duas. Os alunos da oitava série acertaram 51% das questões, o que não é pouca coisa. Num exame internacional com estudantes de 16 países, a média do desempenho em matemática ficou em 58%. Os estudantes suíços acertaram 71% e os americanos, 55%.

Em 1993, Brasília estava em quarto lugar. Seus professores têm os melhores salários do país. Tem uma rede escolar pública jovem e ligada à universidade. Para quem aposta na fatalidade do fracasso do ensino público, má notícia: a rede privada de Brasília é pequena.

## MINAS GERAIS

Em 1990, quando o Ministério da Educação aplicou um teste piloto do Saeb, a rede escolar mineira estava em petição de miséria, com indicadores chegando mais perto do Nordeste do que da Região Sul. O governador Hélio Garcia suou a camisa e revolucionou a desgraça. Em três anos, Minas foi para o segundo lugar. A continuidade da política educacional, assegurada pelo tucano Eduardo Azeredo e pelo petista Patrus Ananias, garantiu a posição, superando as porcentagens de 1993. Ficou acima da média nacional nas oito provas.

A experiência educacional mineira transformou-se num exemplo de coisa que ia mal e passou a ir bem porque se trabalhou direito.

## RIO GRANDE DO SUL

Um caso de trabalho antigo e bem-feito. Tem duas tradições: sempre investiu em educação e seus municípios se preocupam com o bom funcionamento das escolas. Seus números vêm melhorando desde os anos 80. Tem um Conselho de Secretários Municipais, inteiramente apartidário, que só cuida da melhoria da qualidade do ensino. Uma de suas experiências mais interessantes é a do consórcio de municípios que se reúne para melhorar o desempenho dos estudantes em matemática. Assim como Minas, o Rio Grande do Sul ficou sempre acima da média nacional. Em 1993, estava em oitavo lugar, abaixo do Paraná e acima de Goiás.

## SÃO PAULO

A falta de continuidade administrativa e a sucessão de greves ocorridas no governo Fleury parecem ser responsáveis pelo congelamento da posição de São Paulo. Passou do quinto para o quarto lugar, mas deveu isso à queda do Rio de Janeiro. Sua situação é melhor no interior do que na capital, que derrubou o indicador. Tirou um segundo lugar, mas se manteve sempre acima do número nacional. Seu melhor resultado se deu em compreensão de leitura na terceira série e o pior foi um nono lugar, pouco acima de Mato Grosso do Sul, em matemática na oitava série. Estatisticamente, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná estão empatados. Do ponto de vista científico, qualquer comparação entre os resultados brutos de 1993 e 1995 é uma temeridade desaconselhável. Isso só poderá ser feito quando o MEC tiver calibrado todas as tabulações. Mesmo assim, é possível que a sintonia fina confirme uma suspeita: espremido entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, o maior Estado do país está parado, enquanto os competidores mais próximos melhoram.

## ALAGOAS

Entre 1992 e 1993, deu-se uma aliança diabólica em Alagoas. De um lado estava o governador Geraldo Bulhões (aquela da toalha da Denílma). Do outro a CUT. A insensibilidade de um e a prepotência do outro fabricaram uma sucessão de greves de professores que re-

## MÉDIA DE ACERTOS

1. Brasília	51,8%
2. Minas Gerais	49,4%
3. Rio Grande do Sul	48,2%
4. São Paulo	47,8%
5. Paraná	47,6%
6. Santa Catarina	47%
7. Goiás	46,6%
8. Rio de Janeiro	45,8%
9. Espírito Santo	44,5%
10. Mato Grosso do Sul	44,5%
11. Sergipe	43,4%
12. Ceará	42,9%
13. Paraíba	42,7%
14. Bahia	42,6%
15. Mato Grosso	42,4%
16. Pará	42%
17. Amazonas	41,9%
18. Rio Grande do Norte	41,8%
19. Rondônia	41,7%
19. Roraima	41,7%
19. Pernambuco	41,7%
22. Alagoas	41,3%
23. Piauí	41,1%
24. Amapá	40,5%
25. Acre	40,1%
26. Tocantins	39,2%
27. Maranhão	38%

FONTE: Ministério da Educação

sultaram na perda do ano letivo de 1992 e na mutilação do calendário de 1993. Os professores ganhavam (e continuam ganhando, com meses de salários atrasados) uma verdadeira miséria. Esse é um lado do problema, o da correspondência entre maus salários para os mestres e más notas para os alunos. O outro lado apareceu nos testes de desempenho. Em 1993 Alagoas foi o último colocado, muito abaixo de Rondônia. Passados dois anos, conseguiu avançar bastante, passando para o 22º lugar, logo abaixo de Pernambuco.

## MARANHÃO

Vai uma teleescola? Coisa do futuro, o professor fica na capital, com um currículo de Primeiro Mundo e o aluno, na pequena cidade do Terceiro. Vai uma descentralização? O Estado fica com menos de 30% da rede de ensino e, de acordo com a fina reengenharia, repassa o resto aos municípios. Pois o Maranhão foi fundo nessas duas novidades. A televisão deve ter quebrado (se não a tungaram), o aluno foi para uma aula sem mestres (que, ao lado dos pais, são o vínculo essencial do processo pedagógico) e aprendeu nada. O prefeito ficou com a escola, talvez tenha nomeado uma nova diretora (de seu partido) e acabou aí, porque dinheiro não havia. Resultado: o Maranhão tirou o último lugar no teste de 1995. Se o Maranhão não reverter essa posição, corre o risco de entrar no próximo século com dois tipos de pessoas: analfabetos e membros da Academia Brasileira de Letras.

A péssima colocação dos alunos cariocas não surpreende o professor de Química Jorge Mello. Para ele, a baixa média de acertos é reflexo do investimento público na educação. Segundo Mello, a nota baixa vai para o governo e não para o aluno. Há 11 anos na rede estadual, Jorge recebeu dia 13 o contracheque referente ao mês de abril: R\$ 250,03 ou cinco vezes menos do que recebe em escolas privadas pela mesma carga de trabalho. Os salários o obrigam a trabalhar em cinco colégios. ■

## NOTAS

• **VACINA CONTRA MENINGITE**  
A Secretaria municipal de Saúde vacinará, a partir de segunda-feira, crianças de 6 a 18 meses contra meningite meningocócica B-C. Todas as 70 unidades da rede básica terão a vacina à disposição.

• **OUTRO NIGERIANO PRESO**  
O nigeriano Shaun Michael foi preso ontem, no HSA, ao visitar Moses Okechucwu, preso no Aeroporto Internacional, com com 50 cápsulas de cocaína no estômago. Shaun também tinha 50 cápsulas no estômago.

# Esgoto do estado não entra pelo cano

Relatório do Tribunal de Contas constata que falta rede de coleta para mais de 60% da população

Gustavo Goulart

• O estado que sediou a maior conferência sobre ecologia e meio ambiente do mundo, a Rio-92, seria reprovado num teste de qualidade de vida: ainda hoje, quatro anos depois do evento, 60,06% de sua população de 13.370.000 habitantes não têm rede de coleta de esgoto. Mais: 66% do esgoto produzido pelos 5.340.000 fluminenses privilegiados pela Cedae são coletados

mas não recebem qualquer tipo de tratamento antes de serem despejados em emissários submarinos ou na rede destinada ao esgoto *in natura*.

As informações constam do relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre a minuciosa inspeção feita na Cedae de janeiro a abril. O trabalho foi feito com base nos registros de 1991 a 1995 e mostra que pouca coisa mudou nesse período. Em 1991, 39,87% dos usuários usufruíam de rede

de esgoto. Quatro anos depois, em 1995, o percentual subiu para 39,94%. O relatório assinala ainda que 92% dos 3.603.187 usuários da Zona Sul do Rio são servidos por redes de esgoto, enquanto na Baixada Fluminense apenas 13% dos 2.670.401 consumidores usufruem do serviço.

O presidente da Cedae, José Maurício Nolasco, admite as falhas no sistema.

— Aceito o trabalho do TCE como um bom desafio. Estamos tra-

balhando muito para a melhoria de todo o sistema — disse Nolasco. — Em dois anos, pretendemos instalar 342 quilômetros de rede de esgoto em São Gonçalo e 700 quilômetros na Baixada Fluminense. Também estamos estudando a construção de uma estação de tratamento no Caju, que atenderá a 3 milhões de pessoas.

Segundo ele, o programa de hidrometração é a saída para amenizar o problema do desperdício

de água na rede. A cobrança por estimativa nas ligações de água que não têm hidrômetros é apontada no relatório do TCE como um dos que mais contribuem para o desperdício.

— Dentro do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara estamos comprando 525 mil hidrômetros, que deverão ser instalados em 30 meses. Será um grande salto para um maior controle do consumo de água — disse Nolasco. ■